



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1015153-52.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar**
 Requerente: **Adriana Aparecida Siles de Freitas**
 Requerido: **'Município de Araraquara e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

ADRIANA APARECIDA SILES DE FREITAS ingressou com ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, visando tratamento médico. Alegou ser portadora de Erisipela Bolhosa Grave (CID A.46), necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, de dez sessões de câmara hiperbárica, não dispondo de condições financeiras para o tratamento. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem-lhe, gratuitamente, o tratamento.

Com a inicial (fls.01/06), vieram documentos (fls.07/11).

Concedido o benefício da assistência judiciária e deferida a tutela antecipada (fl. 12).

Citado, o Município de Araraquara, contestou a ação (fls. 30/50), alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva, pois o tratamento é disponibilizado pelo Estado de São Paulo no Hospital regional de Ilha Solteira. Aduziu, ausência de interesse de agir, pois a autora não tem interesse de agir na obtenção de provimento jurisdicional que obrigue o Município a fornecer-lhe o tratamento solicitado. No mérito, relatou da prevalência dos interesses coletivos sobre os individuais, da máxima vantagem social e da separação dos poderes, do princípio da igualdade dos administrados face à administração pública, do princípio da reserva do possível e do princípio da legalidade da despesa pública. Requereu a improcedência da ação e revogação da tutela de urgência concedida.

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, contestou a ação (fls. 63/74), alegando preliminarmente, ilegitimidade passiva, pois a autora possui plano de saúde particular (UNIMED). Aduziu, que o convênio médico CENTRAL NACIONAL UNIMED é a única que pode continuar no pólo passivo, pois pactuou pela GESTÃO PLENA da saúde no âmbito da contratação de seus serviços. No mérito, relatou que, a autora não realizou a comprovação de hipossuficiência econômica e perícia médica. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 78/79.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

A autora não foi localizada para receber o tratamento pleiteado.

Foi intimada através de seu patrono, porém, nada respondeu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Assim, diante do desinteresse da autora, a ação deve ser julgada improcedente, pois não há prova suficiente do quanto é necessário o tratamento.

ISTO POSTO, julgo IMPROCEDENTE a ação, revogando a tutela de urgência.

Oficie-se ao órgão de saúde.

Sucumbente, arcará a autora com as custas e despesas processuais, mais honorários que fixo em R\$400,00, observada a justiça gratuita.

P.R.I.C.

O fato da parte possuir plano de saúde não afasta o direito constitucional à saúde, assegurado pelo Estado.

Araraquara, 31 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**